
Percepções dos alunos com e sem deficiência visual acerca da convivência na escola

Perceptions of students with and without visual impairment about school coexistence

Angela Michelotti
Elgion Lúcio da Silva Loreto
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Santa Maria, Rio Grande do Sul-Brasil

Resumo

A inclusão vai muito além do simples fato de o aluno com deficiência frequentar o ensino regular. O ato de incluir proporciona conhecer o diferente, a diversidade, possibilitar a interação com outras pessoas. Neste trabalho foi utilizado um questionário com questões abertas onde os alunos, com e sem deficiência visual, de 8º e 9º anos do ensino fundamental, responderam sobre suas percepções sobre a inclusão, o convívio entre os colegas, Atendimento Educacional Especializado e as dificuldades encontradas no ensino de Ciências. Percebemos que a inclusão beneficia os alunos com e sem deficiência visual, os educandos enfatizaram que ao conviver com a diferença eles crescem como pessoa. É com a inclusão que eles convivem com a diferença e se deparam com a diversidade, e percebem que cada um tem a sua individualidade e singularidade.

Palavras-chave: Inclusão; Vivências; Deficiência Visual; Diversidade.

Abstract

Inclusion goes far beyond the simple fact that students with disabilities attend regular education. The act of including allows knowing the different, the diversity, enabling interaction with other people. In this work a questionnaire with open questions was used, where students with and without visual impairment, of 8th and 9th years of middle school, answered about their perceptions regarding inclusion, the interactions between colleagues, Specialized Educational Service and the difficulties encountered in science learning. We realized that inclusion benefits students with and without visual impairment, students emphasized that by living with difference they grow as a person. It is with inclusion that they live with difference and are faced with diversity and realize that each has its individuality and uniqueness.

Keywords: Inclusion; Experiences; Visual Impairment; Diversity.

Percepções dos alunos com e sem deficiência visual acerca da convivência na escola.

Introdução

O ato de incluir é romper preconceitos, discriminações, tolerar as diferenças, considerar a diversidade, é garantir espaços, ampliar horizontes, saber respeitar o diferente. Incluir é “pensar no outro, no diferente, na diversidade, é pensar na possibilidade de conviver juntos, mesmo que no grupo possa haver a diferença” (COSTA, 2012, p. 125).

Mas, afinal, o que é uma Educação Inclusiva? Segundo Fernandes e Lopes (2004), a Educação Inclusiva é uma educação “de todos para todos”, onde o aluno incluído conecta-se diretamente ao processo de implementação de ações pedagógicas e didáticas, que oportunizem acessibilidade ao processo de ensino e aprendizagem.

Lippe (2010) corrobora com o autor citado anteriormente e ainda complementa que, em uma sala de aula inclusiva, deve-se estimar que todas as crianças tenham a capacidade de aprender e participar do ambiente escolar e da comunidade. A diversidade, nesse caso, não é apenas valorizada, mas pode ser cogitada como potencializadora da relação entre todos os alunos e que auxilia na aprendizagem deles. “Trata-se de um grupo heterogêneo e diversificado no qual cada indivíduo requer condições, recursos e adaptações específicas e diferenciadas” (SÁ, 2014, p. 213-214).

No ato de aprender estão envolvidas dimensões como o cognitivo, o social e o psicológico, que, ao envolverem-se, abraçam o desenvolvimento do educando. Ao tratarmos sobre aprendizagem, não podemos nos referir como uma simples troca de informações e absorção de saberes (OLIVEIRA, RAMOS e VIEIRA, 2017). Em relação à individualidade e à necessidade de cada aluno, os conteúdos ao serem trabalhados precisam trazer significados e necessitam estar sempre abertos a modificações e adaptações durante o percurso da aprendizagem.

No ambiente escolar a criança e o adolescente começam a conviver com a diferença, a diversidade e, nesse ambiente, eles conhecem e aprendem que todos são iguais e todos têm a possibilidade de aprenderem e desenvolverem-se dentro de suas capacidades, mediante os métodos e as práticas que os auxiliem conforme a sua necessidade e a sua individualidade.

A escola deve ser um local favorável à aquisição do conhecimento, com educadores comprometidos, criativos, dinâmicos e que respeitem as individualidades de cada educando, valorizando a realidade e as vivências, independentemente do cenário encontrado em cada realidade (OLIVEIRA, RAMOS e VIEIRA, 2017, p. 48).

A criança é instigada pelo sentido da visão a desenvolver o seu interesse em descobrir o mundo que a cerca. Para a criança com Deficiência Visual, o interesse pela descoberta dá-se pela interação, pelo contato, pelo diálogo com outras pessoas para que, assim, seja estimulada a utilizar outros sentidos sensoriais, em um ambiente que lhe proporcione meios e motivações para conhecer a seu entorno e desenvolver-se.

A criança com Deficiência Visual diferencia-se de outra criança apenas devido a sua limitação visual, sendo que ambas apresentam as mesmas “necessidades afetivas, físicas, intelectuais, sociais e culturais, bem como as necessidades básicas e essenciais para toda criança como atenção, cuidado, afeto e segurança” (GIL, 2009, p. 31). Gil salienta que toda a criança gosta de brincar, passear, interagir com outras pessoas, a sua inteligência não está relacionada com a sua capacidade de ver ou não, mas sim relacionada com as oportunidades de conviver em ambientes que favoreçam o seu desenvolvimento.

Camargo (2016) enfatiza a importância das atividades realizadas em grupos com os alunos com e sem Deficiência Visual, sendo relevante que o aluno com Deficiência Visual não permaneça sempre no mesmo grupo, pois assim ele poderá compartilhar experiências com outros colegas. O autor sugere que se tenha um momento de diálogo durante as aulas para efetivar a interação dialética e social entre os educandos. Camargo (2016) sugere também que os materiais confeccionados para o aluno com Deficiência Visual sejam também aplicados com os alunos sem Deficiência. Laplane e Batista (2008) complementam que se caso esse material não for utilizado por ambos os alunos, ele poderá estar ocasionando a exclusão do aluno com deficiência da interação com a classe.

Michelotti e Loreto (2019) utilizaram modelos didáticos táteis de células e estruturas celulares para o ensino de biologia, conseguindo demonstrar a possibilidade e a importância da utilização de uma única metodologia para englobar os dois públicos, com e sem deficiência visual.

Vygotsky (1997) aponta essa interação como uma possibilidade de compensar a limitação visual, ele traz que, por meio da cultura, dessa troca de conhecimentos e experiências, os alunos com deficiência visual conseguem desenvolver-se socialmente, culturalmente e historicamente.

A relevância da utilização de metodologias que articulem recursos não visuais está associada em consolidar um convívio entre os alunos videntes e com Deficiência Visual. É de

Percepções dos alunos com e sem deficiência visual acerca da convivência na escola.

extrema importância que, no momento da utilização desses recursos não visuais, eles não sejam restritos apenas aos alunos com a limitação visual. É essencial que a metodologia proposta seja aplicada entre todos os alunos da classe, propiciando uma relação entre professor, alunos e conhecimento, evitando, assim, ocasionar a segregação, o isolamento desse aluno que carece desses recursos.

Para que ocorra a efetiva inclusão na classe regular de ensino, os pais e os professores devem estar cientes que o aluno com deficiência tem a mesma capacidade dos seus colegas, diferenciando-se no quesito da limitação visual, dessa maneira, torna-se fundamental para o ensino/aprendizado desse aluno que haja a utilização de recursos que facilitem as suas percepções de conhecimento e que esses recursos auxiliem na realização das atividades.

Vygotsky (1989) salienta que o processo de desenvolvimento de cada indivíduo é muito singular. As individualidades que cada criança traz consigo desde a sua história de vida, preferências, necessidades e expectativas em relação ao ambiente escolar, aos docentes e ao convívio com os colegas de classe devem ser respeitadas e valorizadas, para que essa união efetive o aprendizado e a inclusão.

Nessa visão, o professor é considerado o agente responsável para um eficiente aprendizado de qualidade a esses alunos. É ele que procura materiais e métodos mais adequados para trabalhar na classe inclusiva, buscando minimizar as dificuldades do aluno incluído em relação aos demais alunos da classe (CASARIN; REVISAN, 2017).

Nas últimas décadas ocorreu um aumento no número de matrículas de alunos com alguma deficiência na rede regular de ensino e, devido a isso, escolas que nunca tinham atendido crianças oriundas da Educação Especial depararam-se com um grande número delas, distribuídas em suas turmas no ensino regular. Mediante a essas informações é possível afirmar que os alunos chegaram à escola antes mesmo que os professores tivessem tempo para capacitar-se.

No ensino de ciências o principal instrumento utilizado pelo professor é o livro didático, que possibilita aos educandos a visualização das imagens relacionando-as com os conteúdos abordados, para o aluno com a deficiência visual o texto é transcrito para o Braille, mas as figuras que ilustram o conteúdo são deixadas a cargo do professor ou de alguém que o ajude a estudar. Para suprir a necessidade de demonstração das figuras dos livros que não são possíveis para a transcrição em Braille, outros recursos como materiais

concretos e modelos didáticos, que possibilitem o tatear, o tocar, o sentir, devem ser utilizados para facilitar a criação da imagem mental do objeto e a compreensão do aluno com a restrição visual.

Costa (2012) defende que os alunos com Deficiência Visual têm condições de aprender como os alunos videntes, basta que seja proporcionado condições adequadas a esse aluno. Os alunos, com e sem Deficiência, têm as mesmas capacidades e habilidades para aprender e desenvolverem-se, cada um com a sua individualidade e necessidade específica, requerendo diferentes tipos de materiais para facilitar a sua compreensão sobre o tema abordado. Assim, conforme Mantoan (2005), a inclusão é a possibilidade de entender e reconhecer o próximo e, a partir daí, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção.

Metodologia

O questionário foi aplicado com estudantes de duas turmas distintas, de 8º e 9º anos de duas escolas públicas do estado do Rio Grande do Sul. Na turma de 8º ano, participaram 14 alunos videntes e quatro alunos com deficiência visual (dois cegos, dois com baixa visão); na turma de 9º ano, participaram sete alunos videntes e um aluno com deficiência visual (cego). Em ambas as turmas, os alunos com deficiência visual frequentavam a classe desde o início da escolarização, tendo convivência há bastante tempo com os colegas.

Os alunos foram convidados a responderem um questionário contendo questões abertas (Tabela 1). Os questionários foram adaptados conforme a necessidade de cada aluno, sendo utilizados questionários em Braille, questionários transcritos com a utilização do sistema DOSVOX e letra ampliada. A pesquisa deu-se numa abordagem qualitativa, através de uma pesquisa participante.

Tabela 1: Questões abordadas nos questionários da entrevista aos alunos videntes e com deficiência visual.

Questões realizadas aos alunos com Deficiência visual.

Com a convivência com os colegas (videntes), quais aprendizados seus colegas lhe ensinaram durante o convívio em sala de aula? Quais aprendizados você ensinou para os colegas (videntes)?

Você tem apoio educacional especializado, com outro professor extraclasse?

Qual a importância desse apoio educacional especializado em relação ao conteúdo de Ciências?

Quais as dificuldades você encontra nas aulas de Ciências, em relação ao conteúdo explicado pela professora?

Percepções dos alunos com e sem deficiência visual acerca da convivência na escola.

Questões realizadas com os alunos videntes.

Você antes de ser colega de um deficiente visual, já teve contato com outras pessoas com necessidades educacionais especiais? Comente.

Com a convivência com o colega deficiente visual, quais aprendizados seu colega lhe ensinou durante o convívio em sala de aula? E quais você o ensinou?

Em sua opinião, qual a importância da inclusão de alunos portadores de necessidades especiais em classes regulares de ensino? O que tens a dizer a respeito?

Quais as dificuldades você encontra nas aulas de Ciências, em relação ao conteúdo explicado pela professora?

Fonte: autora

Resultados e discussões

Através dos questionamentos realizados com os participantes e após a análise das respostas, podemos delimitar quatro categorias para serem discutidas: *A convivência no dia a dia no ambiente escolar; a importância da inclusão na concepção dos alunos; o atendimento educacional especializado e o ensino de Ciências aos alunos com e sem deficiência visual.*

A importância da inclusão na concepção dos alunos

Os alunos videntes foram questionados se já tiveram contato com outras pessoas com alguma deficiência, antes de serem colegas de pessoas com deficiência visual, 10 alunos relataram que nunca tiveram contato, nove alunos afirmaram que tiveram contato com outras pessoas com deficiências (como deficiência intelectual, motora, problemas de audição, síndrome de Down e o contato com pessoas ao cruzarem nas ruas) e dois alunos informaram que tiveram contato com deficientes visuais.

Com o avanço das leis brasileiras que garantem a inclusão de alunos com deficiência, percebemos gradativamente que esses estudantes se mostram presente no ensino regular.

Esse fato pode ser comprovado analisando o Censo Escolar de 2010 e 2016, em que evidenciamos um crescente aumento de 24% dos alunos com deficiência visual, sendo migrados das classes exclusivas para as classes comuns no ensino regular, devido às políticas nacionais de inclusão, que vêm garantindo esse direito ao referido público.

A escola, muitas vezes, é o único local de convívio entre os alunos com e sem deficiência, o que propicia, na maioria dos casos, um ambiente heterogêneo de trocas de

experiências e conhecimentos, sendo muito significativo para o crescimento desses alunos, tanto pessoal quanto perante a sociedade.

Segundo Vygotsky (1984), através das relações interpessoais com as trocas de experiências e saberes, o aluno com Deficiência desenvolve socialmente, culturalmente e historicamente. “Estar junto é se aglomerar com pessoas que não conhecemos. Inclusão é estar com, é interagir com o outro” (MANTOAN, 2005, p. 26).

O aluno com Deficiência visual não pode ser visto como incapaz, com condição limitante, carecem ser proporcionadas estratégias para esse aluno desenvolver-se e participar ativamente das atividades escolares juntamente com os seus colegas.

Acreditamos que todos os integrantes da comunidade escolar têm a ganhar com a inclusão de crianças público alvo da educação especial com NEE em classes regulares. Como podemos perceber em algumas falas dos alunos a respeito da inclusão, transcritas abaixo. As falas foram subdivididas em categorias, como apresentadas no quadro 01.

Quadro 01: Narrativas dos alunos videntes relacionada com a inclusão na classe comum.

Categoria	Exemplos	Nº de itens presentes	%
Importância do convívio	“Eu acho bem legal por tem o convívio com deficientes visuais é bem legal, pois percebemos que eles são normais” (V1).	4	19
	“Que todos têm que ajudar e respeitar ao máximo eu acho que cada pouquinho de pessoas forma uma nova pessoa” (V2).		
	“É bem importante para a convivência com cada um” (V3).		
	“A importância e a convivência para mim é algo único” (V4).		
Importância da inclusão	“Eu acho uma ideia legal, por tanto os alunos tem que colaborar” (V5).	8	38
	“É bom” (V6).		
	“Eu acho que é normal deles ficar em uma classe regular eles podem ser de outra classe eles são normais” (V7).		
	“Muita” (V8).		

Percepções dos alunos com e sem deficiência visual acerca da convivência na escola.

	<p>“É importante por que todos devem ter direitos de ensino” (V9).</p> <p>“Eles aprendem e tem uma chance de ter um ensino normal, acho legal” (V10).</p> <p>“Muito importante, pois todos são iguais e todos têm direitos a ter estudo e ser tratado igualmente em visão de todos” (V11).</p> <p>“Bom, por que eles estando com outras pessoas eles não se sentem excluídas e fica alegre” (V12).</p>		
Troca de saberes	<p>“Acho que é importante para eles e para nos videntes também, assim eles não se sentem diferentes, e nos videntes aprendemos com eles” (V13).</p> <p>“Acho legal até por que tem alunos que não gostam, mas com eles nos vamos aprendendo a escutar e ficar quieto” (V14).</p> <p>“Eu acho muito importante a inclusão de alunos portadores de necessidades especiais, para gente aprender várias coisas com eles” (V15).</p> <p>“É muito importante, pois eles nos ensinam mais do que nós ensinamos” (V16).</p> <p>“Que eles são iguais a gente, não tem nenhuma diferença e com eles a gente aprende muita coisa e eu acho que eles se sentem mais protegidos” (V17).</p>	5	24
Exclusão	<p>“Eu acho que tem muitas escolas que não permite, infelizmente” (V18).</p>	1	5
Indiferentes	<p>“Nada” (V19).</p> <p>“Teria muito barulhos” (V20).</p> <p>“Nada” (V21).</p>	3	14

Fonte: Fonte: alunos entrevistados

Podemos perceber que os alunos videntes, ao serem questionados sobre a importância da convivência e a inclusão dos alunos com deficiência visual no ensino regular, demonstraram, em suas narrativas, aspectos positivos frente à inclusão.

Os alunos trazem em suas falas a importância do convívio com os alunos com deficiência visual, o direito que eles têm de frequentar o ambiente escolar, os aprendizados que são efetivados na interação entre colegas.

Assim sendo, a inclusão da criança com deficiência visual no ambiente escolar propicia a diversidade e a possibilidade de igualdade, favorecendo a integração dos alunos, com e sem deficiência, na sociedade em turmas do ensino regular. Cabe a comunidade escolar resguardar os princípios de igualdade de oportunidades, que, bem articuladas, viabilizam aos alunos o crescimento como pessoa, apresentando atitudes mais positivas frente a obstáculos encontrados no decorrer da vida.

Respeitar as diferenças é reconhecer a individualidade de cada aluno, é discernir que a aprendizagem de cada sujeito ocorre em contextos distintos, cada indivíduo traz consigo uma bagagem de vida, de conhecimentos, de vivências. Talvez um dos maiores e mais graves equívocos na área da educação é pensarmos que a aprendizagem é homogênea e que as metodologias adequam-se a todos os educandos. Os processos educativos jamais podem prender-se a uma educação uniforme, homogênea, pelo contrário, o ato de educar ocorre na diversidade. A diferença, a aprendizagem são heterogêneas, todos aprendem ao seu tempo e ao seu modo.

A diversidade na escola é incluir as diferenças, aceitar o outro, o diferente, o estranho. A inclusão não se constitui em uma tarefa fácil, mas, atualmente, é um dos maiores desafios que a escola tem pela frente (COSTA, 2009, 2012).

A convivência no dia a dia no ambiente escolar dos alunos com e sem deficiência visual

A Educação é “um processo contínuo de desenvolvimento da autonomia, sim, mas a autonomia construída e constituída através e na possibilidade da ‘com-vivência” (CUPOLILLO; FREITAS, 2007, p. 389).

Em continuidade, seguem alguns relatos dos alunos com deficiência visual e sem deficiência visual sobre o convívio em sala de aula entre os colegas, eles relataram vários pontos dessa vivência conforme Quadro 02 e Quadro 03:

Percepções dos alunos com e sem deficiência visual acerca da convivência na escola.

Quadro 02: Narrativas dos alunos videntes sobre o convívio em sala de aula com os colegas com deficiência visual.

VIDENTES			
Categorias	Exemplos	Nº de itens presentes	%
Positividade	“Ele me ensinou que a gente nunca pode reclamar de nada” (V1).	1	5
Igualdade	“Que não importa a doença todos somos iguais, que não importa a deficiência dela ela é normal” (V2).	4	19
	“Ela me ensinou que pode realizar tudo que nos fazemos porem de uma maneira diferente” (V3).		
	“Eles me ensinaram que temos que ter respeito uns com os outros e que independente das diferenças todos somos normais” (V4).		
	“Eles me ensinaram que somos todos iguais e eu gosto de olhar para eles pois eles são tri legais” (V5).		
Solidariedade	“Me ensinou que a audição é muito importante para as pessoas que carregam a deficiência visual, ensinei-lhe a, a direção das coisas " eu dou meus olhos a ela"(V6).	7	34
	“Cuidar os degraus e levo as vezes ao ônibus” (V7).		
	“Que eles precisam de ajuda e o máximo de concentração e eu sempre tento ajudar eles” (V8).		
	“Eles precisam de 10 x mais atenção que nos, pois tem só a audição e o tato para entender os materiais. Aprendi a entender eles me a ditar exercícios do dia a dia na sala” (V9).		
	“Respeitar e manter o silêncio, pois é muitas vezes o único modo que eles têm de entender a aula” (V10).		
	“Muita coisa, respeito e ajudar ao próximo” (V11).		
	“Me ensinaram que precisamos ver as necessidades deles e compreender, mas eu não ensinei nada” (V12)		
Aprendizado	“E que eu nunca ensinei o meu colega, mais uma coisa eu aprendi muitas coisas com eles” (V13).	2	9
	“E todos temos algo a ensinar e mais ainda a aprender” (V14).		

Respeito	“Me ensinou a ficar quieto e escutar” (V15).	2	9
	“Ter mais respeito com os outros” (V16).		
Indiferença	“Nenhuma” (V17).	5	24
	“Nenhum” (V18).		
	“Nada, eles nunca me ensinou nada nem eu a eles” (V19).		
	“Sem resposta” (V20).		
	“Sem resposta” (V21).		

Fonte: alunos entrevistados

Quadro 03: Narrativas dos alunos com deficiência visual sobre o convívio em sala de aula com os colegas videntes.

COM DEFICIÊNCIA VISUAL			
Categorias	Exemplos	Número de itens presentes	%
Solidariedade	“A convivência foi muito boa, eles me ajudaram muito, eram companheiros, atenciosos, gosto muito dos meus colegas (...). Me ajudavam na locomoção na escola-ônibus, na aula ajudavam lendo o que eu não tinha em braile, me descrevendo desenhos também”(DV1).	3	75
	“Os videntes sabem ditar muito bem e criei amizades com vários deles, recebo descrições de lugares a coisa quando peço” (DV3).		
	“Os alunos avisam o local para caminhar com segurança, na sala cuidam quando vou sentar e ditam o conteúdo” (DV4).		
Exclusão	“Sinceramente, nada só coisa ruim, eles fazem muito bullying, mas olhando isso aprendi que isso é extremamente errado e que nunca vou deixar meus filhos fazerem isso eu nunca serei assim” (DV2).	1	25

Fonte: alunos entrevistados

Percebemos que não é o impedimento da visão que causa a impossibilidade de a criança conviver em um ambiente escolar. A percepção da criança com deficiência estar

Percepções dos alunos com e sem deficiência visual acerca da convivência na escola.

incluída na classe comum vai muito além de suas limitações, mas como essa criança é percebida nesse contexto, nessa classe regular. Quanto mais acessível for o ambiente que a criança frequenta, menores serão as limitações dela em função de sua deficiência.

No ambiente escolar deve ser oferecidas condições adequadas para o convívio e a permanência desse aluno incluído. As adaptações perpassam desde as metodologias adaptadas para o ensino e a aprendizagem de todos os alunos da classe, a desenvolver entre os alunos com e sem deficiência. a tolerância, o respeito frente as suas particularidades e individualidades.

Sabemos que, atualmente, a inclusão do aluno com NEE tem se tornado cada vez mais frequente nas classes regulares de ensino, devido às grandes vitórias no decorrer dos anos. nas legislações e normativas brasileiras. Mas a efetiva inclusão no ambiente escolar, muitas vezes, apresenta-se com relacionamentos estremecidos e preconceituosos entre os colegas.

(...) a inserção de algum aluno deficiente em uma classe comum, se determinada apenas administrativamente, não assegura que ele será bem acolhido pelos professores e colegas da classe, nem lhe garante ensino de qualidade mediante adequado atendimento a suas particularidades e necessidades especiais. Muitas das decisões a serem tomadas, das medidas adotadas para a acolhida positiva e a provisão do imprescindível suporte ao aluno especial, visando o convívio produtivo a toda a classe, podem depender da correta compreensão da proposta da educação inclusiva e das atitudes sociais genuinamente favoráveis à inclusão por parte do professor, uma das variáveis mais importantes para o sucesso dela (...) (OMOTE et al., 2005, p. 388).

É com o contato e a convivência com o diferente que será possível acarretar mudanças profundas na sociedade, em especial, socialmente e culturalmente, que é marcada pelo preconceito e discriminação e que favorece a exclusão desse aluno na classe comum (BARROS, 2013).

A intervenção do docente para mediar conflitos entre alunos torna-se indispensável e de extrema importância. Mediante a isto, ponderasse que é necessário que o professor busque capacitações e aperfeiçoamento para poder proporcionar metodologias que possibilitem a interação com os colegas sem deficiências, viabilizando a inclusão desse aluno com NEE no ensino regular.

(...) há diferenças e há igualdades, e nem tudo deve ser igual nem tudo deve ser diferente (MANTOAN, 2004, p. 39). (...) é preciso que tenhamos o direito de ser diferente quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza (SANTOS, apud MANTOAN, 2004, p. 39).

Os alunos com deficiência visual, na sequência, descrevem o que eles buscam ensinar aos colegas videntes, frente a sua limitação visual.

Eu ensinei a eles que apesar das dificuldades podemos conseguir tudo que quisermos, basta acreditar, e hoje estamos juntos (...), está sendo muito legal (DV1).

Ensinei para eles que as pessoas cegas possuem uma vida normal e mesmo com as limitações são felizes (DV2).

Eu estimei os meus colegas a serem solidários (DV3).

Que eu não sou diferente deles e consigo fazer o que eles fazem (DV4).

São as pequenas ações do dia a dia das crianças que elas passam a descobrir, a conhecer o próximo, a ajudá-los com pequenas ações, como descrever um lugar, ditar um conteúdo, conduzir o colega.

Assim sendo, faz-se necessário tratar a inclusão de forma natural e conscientizarmos a comunidade escolar em geral, que, cada vez mais, é importante efetivarmos as potencialidades dos alunos com deficiência e diminuir a perspectiva em suas limitações. Com a inclusão da criança com deficiência visual ou outra deficiência, muda-se o paradigma e traz esse sujeito como sendo ativo na sociedade, oferecendo-lhe novas oportunidades de socialização, conhecimentos diversos, capacidade de desenvolver novas habilidades e competências no decorrer da trajetória escolar.

Gil (2009) salienta que as crianças que têm contato com colegas portadores de deficiências, ao tornarem-se adultos, serão mais tolerantes, despreconceituosos e menos indiferentes. Omitindo-se o contato com o aluno incluído pode acarretar consequências indesejáveis na formação dos alunos sem deficiência, como adultos alienados, preconceituosos, intolerantes e que não sabem conviver e/ou trabalhar de forma cooperativa com o próximo (RAZUCK; OLIVEIRA NETO, 2015).

O fator primordial para ocorrer a inclusão do aluno é conhecer a sua deficiência, as suas necessidades, limitações e capacidades (ALVES; DUARTE, 2014) (...) “a educação inclusiva centra-se em como apoiar as qualidades e as necessidades de cada um e de todos os alunos na escola” (...) (SÁNCHEZ, 2005, p 12).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE)

A Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, tendo o AEE função complementar ou suplementar a formação do aluno, com o uso de

Percepções dos alunos com e sem deficiência visual acerca da convivência na escola.

serviços, recursos e estratégias que subtraíam as barreiras para o seu pleno convívio, participação em sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. A resolução também estabelece que a Educação especial seja parte integrante do processo de ensino em todas os níveis, etapas e modalidades, e considera público alvo do AEE os:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade (BRASIL, 2009, p. 01)

Corroborando o Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, no seu art. 2º, § 1º, compreendem um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado de forma: “I - complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais” (BRASIL, 2011, p. 12).

Sobre o AEE, os alunos com deficiência visual foram questionados se frequentavam em sua escola ou em centros de atendimento educação especializado. Três alunos afirmaram que frequentavam o atendimento (um na escola e dois em centros de atendimento educação especializado) e dois não frequentavam nenhum dos atendimentos. Um dos alunos que frequentava o AEE salientou a importância do atendimento extraclasse: “é que me ajuda muito, me explica com clareza os conteúdos”. Os alunos que alegaram não frequentar o AEE não relataram o seu motivo de não frequentar.

A Política Nacional da Educação Especial (PNEE) ressalta que a função do AEE é:

(...) identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008, p. 11).

O Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, dispõe sobre a Educação Especial, o AEE e dá outras providências, mas não traz, na sua redação, a obrigatoriedade da frequência no AEE. Dessa forma, o AEE é garantido aos alunos com deficiência, mas não é obrigatória a sua frequência. A matrícula ao AEE acontece concomitantemente a sua matrícula na escola, porém, é facultativa aos pais e/ ou responsáveis a opção de frequentar ou não, pois devem levar em conta as necessidades educacionais de cada aluno. Salientamos que o AEE ainda inclui os alunos com transtornos globais de desenvolvimento e alunos com altas habilidades/superdotação.

O AEE possibilita ao aluno com deficiência um atendimento individualizado, com o foco nas suas dificuldades e necessidades. As atividades são desenvolvidas no turno inverso do período escolar, são diferenciadas daquelas realizadas na sala comum, mas, de forma nenhuma, substituem a escolarização em turno regular. No AEE, o aluno tem um espaço de esclarecimento e aprendizado individualizado, com o suporte necessário e metodologias diferenciadas para favorecer a busca do seu conhecimento. Mas, para desenvolver esse trabalho, o professor especialista do AEE sempre deve recorrer a uma prática colaborativa com os professores titulares da classe comum, com trocas de materiais e sugestões para proporcionar uma melhora na prática frente ao aluno, a interação do aluno na classe comum e outras ações que promovam a educação inclusiva.

Para o AEE as escolas dispõem da sala de recursos, na qual está sala é destinada para o atendimento ao aluno público alvo da educação especial, que são os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, matriculados nas classes comuns do ensino regular. Há dois tipos de salas de recursos: sala tipo I e sala tipo II, elas se diferenciam devido a sala tipo II possuir a mais, itens destinados ao atendimento de acessibilidade para estudantes com deficiência visual, como: impressora Braille – pequeno porte, máquina de datilografia Braille, reglete de mesa, punções, soroban, guias de assinatura, kit de desenho geométrico e calculadora sonora (RIO GRANDE DO SUL, 2014).

Já a Lei Brasileira da Inclusão de nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que é o Estatuto da Pessoa com Deficiência, traz em sua redação a oferta do Sistema Braille e uso de recursos de tecnologia assistiva para proporcionar aos educandos ampliar suas habilidades funcionais e promover a autonomia e participação, bem como as instituições privadas, de qualquer nível

Percepções dos alunos com e sem deficiência visual acerca da convivência na escola.

e modalidade de ensino, não poderão realizar cobranças de valores adicionais aos serviços prestados (BRASIL, 2015).

O AEE veio a somar na educação da criança com NEE, “esse atendimento não substitui o ensino regular, mas seja um complemento da educação escolar, assegurando a esses alunos a inclusão em escolas comuns” (MANTOAN e PRIETO, 2006, p. 81).

O ensino de ciências aos alunos com e sem deficiência visual

Os alunos videntes e com deficiência visual foram questionados sobre quais as dificuldades encontradas no ensino de ciências. Os alunos videntes responderam que geralmente não encontram dificuldades no ensino de ciências, mas o surgimento de novos termos científicos e a sua grande quantidade torna difícil de memorizar e compreender. Quatro dos alunos com deficiência visual enfatizaram que não encontram dificuldades e um dos alunos relatou que “sempre tem algumas, mas elas são superadas, as vezes é falta de material”.

No ensino de ciência, há bastante utilização de imagens, figuras, recursos multimídias para facilitar a compreensão do conteúdo, mas, para o aluno com deficiência visual, deve-se pensar em alternativas que possibilitem a utilização de material concreto, que seja possível tatear para facilitar a compreensão da estrutura do conteúdo trabalhado.

Para efetivar a inclusão dos alunos com deficiência visual no ensino regular é necessário utilizar recursos e estratégias que facilitem a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos. Os materiais adaptados mais utilizados nas aulas de ciências são modelos didáticos, a utilização de cola alto relevo, delimitando a figura a ser tateada e, quando não for possível, o emprego desses materiais, usa-se a audiodescrição.

Camargo (2016) salienta que a utilização desses recursos não deve ser restrita aos alunos com deficiência visual, pois pode acabar acontecendo um isolamento desse aluno na turma, depreciando a atividade desenvolvida. O autor sugere que a atividade seja pensada e executada com toda a turma, incentivando a interação de todos os alunos.

Portanto, nós, professores atuantes “(...) devemos ter como pressuposto que todos os alunos têm direito de estar juntos, convivendo e aprendendo (DOMINGOS, 2014, p. 52).”

Conclusão

O ato de incluir requer sair do comodismo e reinventar, reorganizar e readaptar. A inclusão chegou às salas de aulas muito antes dos professores estarem preparados para trabalharem com os alunos incluídos na classe regular.

Os professores do AEE e da classe comum devem trabalhar em conjunto, com trocas de experiências, informações, sempre em benefício do ensino e aprendizado do aluno. No AEE, são trabalhadas as necessidades e dificuldades dos alunos frente as suas individualidades e singularidades, através de recursos diferenciados dos da sala comum. Mas nada impede que o professor da classe regular possa trabalhar com toda a turma materiais que sejam adaptados às necessidades dos alunos com necessidades especiais/com deficiência, mas que favoreça e ajude no ensino e aprendizado de toda a turma.

É importante salientar que o material adaptado nunca deva ficar restrito aos alunos com NEE, esse material deve ser oportunizado para toda a turma, evitando uma exclusão do aluno com deficiência perante a classe comum.

A política da inclusão no Brasil teve grandes avanços nos últimos anos, em questão de leis e normativas. Mas ainda temos um grande caminho a percorrer na questão de aceitação e de interação dos alunos com seus pares. Devemos mostrar no dia a dia, no convívio na sala de aula, que todos temos as nossas características, personalidades e particularidades e que é necessário respeitar.

Com a inclusão, o ambiente escolar tem muito a ganhar, pois possibilita aos alunos sem NEE o convívio com a diversidade, com o diferente, permite aos alunos conhecer o seu limite e os limites dos outros. Com o convívio na classe comum, ambos os alunos aprendem respeito, tolerância, que cada um tem a sua individualidade e o seu tempo de aprender.

Referências

ALVES M. L. T.; DUARTE, E. A percepção dos alunos com deficiência sobre a sua inclusão nas aulas de Educação Física escolar: um estudo de caso. **Revista Brasileira Educação Física Esporte**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 329-338, abr./jun. 2014. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbefe/v28n2/1807-5509-rbefe-28-2-0329.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-55092014000200329>

BARROS, A. B. **Processo de inclusão no contexto da deficiência visual: dificuldades, desafios e perspectivas**. 2014. 440p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013. Disponível em:<<https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/249>>. Acesso em: 28 dez. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica (2009). Resolução CNE/ CEB nº04, de 2 de outubro de 2009. **Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Brasília, 2009

Percepções dos alunos com e sem deficiência visual acerca da convivência na escola.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.** Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11>. Acesso em: 05 jan 2019.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão** da Pessoa com Deficiência. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC, SEESP, janeiro de 2008. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192>. Acesso em: 18 jul. 2021.

CAMARGO, E.P. de. **Inclusão e necessidade educacional especial: compreendendo identidade e diferença por meio do ensino de física e da deficiência visual.** São Paulo: Editora Livraria da Física, 2016. 268 p.

CASARIN, M. de M.; TREVISAN, P. F. F. O Atendimento Educacional Especializado (AEE): Ações para Incluir. In: PAVÃO, A. C. O.; PAVÃO, S. M. de O. **ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO estado da arte.** Santa Maria: UFSM, PRE, 2017, p. 15-33. 251, 2017.

COSTA, V. B da. **A prática social da convivência escolar entre estudantes deficientes visuais e seus docentes: o estreito caminho em direção à inclusão.** 2009. 248 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

COSTA, V. B. da. **Inclusão Escolar do deficiente visual no Ensino Regular.** Jundiaí, Paco Editorial, 2012. 188 p.

CUPOLILLO, M. V.; FREITAS, A. B. M. de. Diferença: condição básica para a constituição do Sujeito Diferença: condição para subjetividade. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**, v. 11, n. 2, p. 379-389, jul/dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v11n2/v11n2a15.pdf>> Acesso em: 03 jan. 2019.

DOMINGOS, A. R. F. S. O AEE sob o olhar de uma técnica em Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação. In: SILUK, A. C. P.; PAVÃO, S. M. O. (Orgs.). **Atendimento Educacional Especializado no Brasil: relatos da experiência profissional de professores e sua formação.** 1ª Ed. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Laboratório de Pesquisa e Documentação, 2014, p. 48-53

FERNANDES, C. E.; LOPES, S. C. Uma reflexão sobre a educação especial e a educação inclusiva no Brasil. Rede Sací, 2004. Disponível em: <http://www.fraterbrasil.org.br/uma_reflexao_sobre_a_educacao_es.htm>. Acesso em: 16 dez 2020.

GIL, F. C. M.. **A criança com deficiência visual na escola regular.** 2009. 176 p. Dissertação (Mestrado em Educação: Educação Especial) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-24092009-151439/pt-br.php>. Acesso em: 02 jan. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico de 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Escolar de 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Escolar de 2016.** Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

LAPLANE, A. L. F. de; BATISTA, C. G.; **Ver, Não Ver e Aprender: a participação de crianças com baixa visão e cegueira na escola.** 2008. Disponível em: <http://unicamp.sibi.usp.br/bitstream/handle/SBURI/32431/S0101-32622008000200005.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12 mai. 2021.

LIPPE, E. M. O. **O Ensino de Ciências e Deficiência visual: uma investigação das percepções das professoras de ciências e da sala de recursos com relação à inclusão.** 2010. 109 p. Dissertação (Mestrado)–Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2010.

MANTOAN, M. T. E. O direito de ser, sendo diferente, na escola. **CEJ, Brasília**, n. 26, p. 36-44, jul./set. 2004. Disponível em: <http://www.cjf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/view/622/802>. Acesso em: 14 jan. 2021.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão é o Privilégio de Conviver com as Diferenças. In **Nova Escola**, maio, 2005.

MANTOAN, M. T. E. PRIETO, R. G. **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos.** São Paulo: Summus, 2006. 103 p.

MICHELOTTI, A., & LORETO, E. L. da S. UTILIZAÇÃO DE MODELOS DIDÁTICOS TATEÁVEIS COMO METODOLOGIA PARA O ENSINO DE BIOLOGIA CELULAR EM TURMAS INCLUSIVAS COM DEFICIENTES VISUAIS. **Revista Contexto & Educação**, v. 34 n. 109. 2019, p. 150–169. <https://doi.org/10.21527/2179-1309.2019.109.150-169>

OLIVEIRA, A. P. de; RAMOS, F. dos S.; VIEIRA, R. F. Um Olhar sobre os Alunos que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Legislação Vigente não nos Permitem ver. In: PAVÃO, A. C. O.; PAVÃO, S. M. de O. **Os Casos EXCLUÍDOS da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva na EDUCAÇÃO INCLUSIVA.** Santa Maria: UFSM, PRE, 2017, p.38-49.

Percepções dos alunos com e sem deficiência visual acerca da convivência na escola.

OMOTE, S. et al. Mudança de atitudes sociais em relação à inclusão. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v.15 n.32, set/dez. 2005. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2005000300008>.

Acesso em: 18 dez. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2005000300008>

RAZUCK, R. C. de S. R.; OLIVEIRA NETO, W. de. A química orgânica acessibilizada por meio de kits de modelo molecular adaptados. **Revista Educação Especial**, v. 28, n. 52, maio/ago. 2015. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/15688>> Acesso em: 19 dez. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. A educação especial na perspectiva da educação inclusiva: diretrizes orientadoras para a rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul - CADERNO PEDAGÓGICO 01 - PORTO ALEGRE, RS, 2014.

SÁ, E. D. de. Cegueira e Baixa Visão. In: SILUK, A. C. P. **Atendimento educacional especializado: contribuições para a prática pedagógica**. 1ed, 1. reimpr. – Santa Maria: UFSM, CE, Laboratório de Pesquisa e Documentação, 2014. p. 370

SÁNCHEZ, P. A. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: um meio de construir escolas para todos no século XXI. INCLUSÃO. **Revista da Educação Especial**, p. 7-18, out. 2005. Disponível em:<<https://institutoconsciencia.websiteseuro.com/pdf/aee/revistainclusao1.pdf#page=7>> Acesso em: 15 jan. 2019.

VYGOTSKI, L. S. La coletividad como factor de desarrollo del niño deficiente. En L. S. Vygotski, **Obras Escogidas V: Fundamentos de defectología**. Madrid: Visor. 1997. p. 213-234.

VYGOTSKY, L. S. **Obras completas**. Tomo cinco: Fundamentos de Defectología. Havana: Editorial Pueblo Y Educación; 1989.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes; 1984.

Observação: Artigo oriundo de um capítulo de dissertação de mestrado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde.

Sobre os autores

Angela Michelotti, Graduada em Ciências Biológicas (licenciatura) pela Universidade Luterana do Brasil (2012), especialização em Educação Ambiental pela Universidade Federal de Santa Maria (2013), mestrado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde pela Universidade Federal de Santa Maria (2018), doutoranda em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde pela Universidade Federal de Santa Maria. Professora da Rede Municipal de Ensino de Santa Maria/RS. E-mail: angela_michelotti@hotmail.com.

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5445-7386>

Elgion Lúcio da Silva Loreto, Graduado em Ciências Biológicas (licenciatura) pela Universidade Federal de Santa Maria (1982), mestrado em Genética pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1986) e doutorado em Genética e Biologia Molecular pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1997). Professor associado da Universidade Federal de Santa Maria. Docente do PPG em Genética e Biologia Molecular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e PPG em Educação em Ciências UFRGS; UFSM; Unipampa. E-mail: elgion@base.ufsm.br Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-7586-8168>

Recebido em: 12/06/2021

Aceito para publicação em: 30/07/2021